

REQ n.5012/2024

Apresentação: 19/12/2024 15:59:31.070 - MESA

## REQUERIMENTO N° \_\_\_\_\_, DE 2024

(Da Sra. TABATA AMARAL)

**Requer regime de urgência para apreciação do PL 1883/2024.**

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1.883 de 2024, que institui a Política Nacional de Resiliência Psicossocial em resposta a desastres ambientais, dispondo de orientações sobre a prevenção, promoção e pósvenção em saúde mental. Altera a Lei 12.608, de 10 de abril de 2012, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e dá outras providências..

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2024

**Deputada TABATA AMARAL**

**PSB/SP**



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD243197368100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tabata Amaral e outros



\* C D 2 4 3 1 9 7 3 6 8 1 0 0 \*



## Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) (Da Sra. Tabata Amaral)

Institui a Política Nacional de Resiliência Psicossocial em resposta a desastres ambientais, dispondo de orientações sobre a prevenção, promoção e pósvenção em saúde mental. Altera a Lei 12.608, de 10 de abril de 2012, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e dá outras providências.

Assinaram eletronicamente o documento CD243197368100, nesta ordem:

- 1 Dep. Tabata Amaral (PSB/SP)
- 2 Dep. Gervásio Maia (PSB/PB) - LÍDER do PSB
- 3 Dep. Elmar Nascimento (UNIÃO/BA) - LÍDER do Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD \*-(P\_7165)
- 4 Dep. Odair Cunha (PT/MG) - LÍDER do Bloco Federação Brasil da Esperança - Fe Brasil \*-(P\_113566)
- 5 Dep. Laura Carneiro (PSD/RJ)
- 6 Dep. Antonio Brito (PSD/BA) - LÍDER do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE
- 7 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP)

\* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

